

EDUCAÇÃO SEXUAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: DIREITO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Maria Eduarda Rabelo Machado ¹
Gislene Camargo ²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender como o tema da Educação Sexual é desenvolvido pedagogicamente na Educação Infantil no contexto do município de Criciúma/SC. Para alcançar tal objetivo, buscamos revisar a produção científica sobre o tema, verificar a concepção/abordagem de docentes e identificar práticas pedagógicas de docentes acerca da Educação Sexual na Educação Infantil, no município de Criciúma/SC. Desse modo, desenvolveu-se o problema de pesquisa: Como se apresenta pedagogicamente o tema da Educação Sexual na Educação Infantil no município de Criciúma/SC? A pesquisa aconteceu por meio da abordagem qualitativa, realizando pesquisas teóricas, tendo como principais referências a Base Nacional Comum Curricular (2018), as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do Município de Criciúma/SC (2020) e as pesquisadoras Jimena Furlani (2017) e Guacira Lopes Louro (1999). Para instrumento de dados, realizaram-se entrevistas com professores/as da Educação Infantil do município de Criciúma/SC. Analisando os dados, observou-se que a maioria não compreende o conceito de Educação Sexual nas infâncias, bem como as abordagens sobre Educação Sexual. Portanto, faz-se necessário reformular as abordagens sobre Educação Sexual nos documentos norteadores que discutem a temática desde a Educação Infantil e formações continuadas. Por fim, destacou-se que a ausência dessas discussões e a cultura repressiva dificultam o processo de desenvolvimento da Educação Sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Professoras/es. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: This article aims to understand how the theme of Sex Education is developed pedagogically in Early Childhood Education in the context of the municipality of Criciúma/SC. In order to achieve this objective, we sought to review scientific production on the subject, verify the concept/approach of teachers and identify the pedagogical practices of teachers regarding Sex Education in Early Childhood Education in the municipality of Criciúma/SC. Thus, the research problem was developed: How is the theme of Sex Education presented pedagogically in Early Childhood Education in the municipality of Criciúma/SC? The research took place using a qualitative approach, conducting theoretical research, with the National Common Curriculum Base (2018), Curriculum Guidelines for Early Childhood Education in the Municipality of Criciúma/SC (2020) and researchers Jimena Furlani (2017) and Guacira Lopes Louro (1999) as the main references. For the data instrument, interviews were conducted with Early Childhood Education teachers from the municipality of Criciúma/SC. Analyzing the data, it was observed that the majority do not understand the

concept of Sex Education in childhood, as well as the approaches to Sex Education. It is therefore necessary to reformulate the approaches to Sex Education in the guiding documents that discuss the subject from Early Childhood Education and continuing training. Finally, it was pointed out that the absence of these discussions and the repressive culture hinder the process of developing Sex Education.

KEYWORDS: Education. Teachers. Pedagogical Practices.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil no Brasil começou a consolidar-se por volta de 1980, sendo atualmente um segmento da Educação Básica. Essa trajetória foi marcada por desafios e conquistas, porém necessita de reflexões constantes sobre o que já foi construído legalmente e sobre o que ainda precisa de olhares atentos, como, por exemplo, a Educação Sexual. Recentemente, o Brasil passou por uma forte repressão governamental, em relação à Educação Sexual, onde até livros relacionados ao tema foram proibidos nas escolas. Respectivamente, pesquisas atuais concluem que as discussões sobre educação sexual vêm sendo enfraquecidas, principalmente em documentos norteadores no âmbito da educação. Ao analisarmos a Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que a educação sexual, a orientação sexual e o gênero foram retirados do currículo, tendo em vista a onda conservadora que vem tomando conta do debate público nos últimos anos hegemonicamente (Thiago Luiz Sartori, 2022). Assim, evidencia-se a marginalização do tema na Base Nacional Comum Curricular, principalmente na Educação Infantil.

O município de Criciúma, situado em Santa Catarina, tem um documento norteador intitulado *Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do Município de Criciúma: A criança como protagonista da aprendizagem*. Esse documento baseia-se na Base Nacional Comum Curricular e norteia a Educação Infantil do município, portanto, fez-se necessário lançar luz sobre a educação sexual nesse documento.

Atualmente, percebe-se alguns avanços no âmbito da Educação Sexual, mas, ainda assim, existem componentes relacionados a uma cultura repressiva, que nega e silencia, sobretudo, a sexualidade. Consequentemente, fortalecem-se discursos pautados por meio do conservadorismo, religião e/ou crença familiar que se colocam contra a educação sexual nas escolas ou em qualquer outro espaço (Nilson Dinis; Araci Asinelli-Luz, 2007). Posterior a

isso, por meio do trabalho desenvolvido pela Educação Sexual, entendemos a sexualidade como um aspecto histórico-cultural que permite novas vivências e possibilidades.

O tema sexualidade, em específico, ainda gera desconforto para os educadores que atuam na Educação Infantil. Essa foi a percepção que tive ao atuar como estagiária em diferentes instituições infantis, no decorrer do curso de Pedagogia. Portanto, o presente trabalho busca aprofundar-se sobre a temática, levantando apontamentos sobre os profissionais, em especial do segmento infantil, que discutem sobre educação sexual.

Diante disso, elaborou-se o problema da pesquisa: Como se apresenta pedagogicamente o tema da Educação Sexual na Educação Infantil no município de Criciúma/SC? Desse modo, formulou-se os objetivos: Objetivo Geral - Compreender como o tema da Educação Sexual é desenvolvido pedagogicamente na Educação Infantil no contexto do município de Criciúma/SC; Objetivos Específicos – Revisar a produção científica sobre o tema da Educação Sexual na Educação Infantil; Verificar a concepção/abordagem de docentes sobre Educação Sexual na Educação Infantil; Identificar práticas pedagógicas de docentes acerca da Educação Sexual na Educação Infantil, no município de Criciúma/SC.

O artigo foi organizado em seções, sendo a Introdução, o Referencial Teórico, que está composto por títulos e subtítulos: Educação Sexual nas Infâncias; Abordagens sobre Educação Sexual; Onde encontrar a Educação Sexual na Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do Município de Criciúma/SC? Logo se trouxe a Metodologia e Análise de Dados, com os blocos de análise: As concepções e abordagens sobre educação sexual: olhar das/os professoras/es de Educação Infantil; Práticas pedagógicas sobre educação sexual desenvolvidas pelas/os professoras/es da Educação Infantil; Propostas de Práticas Pedagógicas de Educação Sexual como direito de aprendizagem e desenvolvimento para e na Educação Infantil. Por fim, as Referências.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL NAS INFÂNCIAS

¹ O conceito de gênero, discutido no presente artigo, é conceituado teoricamente por meio dos estudos de Guacira Lopes Louro que entende gênero como uma construção histórica e social.

⁴ O termo sexualidade aqui, também segue a mesma perspectiva dos estudos de Guacira. Encarando a sexualidade como cultural, não fixa e que está presente em qualquer momento e ambiente das nossas vidas.

Dentro do contexto da educação sexual, existem diferentes concepções e abordagens a serem discutidas, e, quando a adotamos em nossas práticas pedagógicas, acolhemos as subjetividades e asseguramos o conhecimento e proteção dos corpos. Embora, ainda hoje, hegemonicamente, encontrem-se nas escolas ditames atrelados a papéis sociais que ditam o que uma “menina” e um “menino” precisam falar, agir e sentir. Isto fortalece uma corrente que propaga uma identidade como a “correta”, o corpo como algo proibido e uma sociedade/escola sexista. Em outras palavras, essas “regras” que perpassam a educação são reflexos de uma sociedade e currículos escolares que reproduzem o binarismo, traçando estereótipos a serem seguidos. Nas infâncias as concepções de ³gêneros e ⁴sexualidades acontecem - ou poderiam acontecer - por meio das histórias, das culturas e das relações sociais, e é a partir destes meios que as crianças irão construir suas concepções, gostos, interesses e, principalmente, segurança. Com isso, a educação sexual é fundamental para a formação da sexualidade infantil numa perspectiva emancipatória (Aline Ariana Alcântara Anacleto; Ana Cláudia Bortolozzi Maia, 2009).

Recentemente, o Ministério da Saúde lançou a cartilha intitulada “Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora”, que busca discutir temáticas como desigualdade de gênero, diversidade sexual e os tipos de violências. Destaca-se, a partir da leitura, o fortalecimento do tema “educação sexual” como uma transformação para a sociedade, sendo ela livre e que valoriza as subjetividades dos indivíduos. Em linhas gerais, “[...] a educação sexual permite criticar as relações em que há desigualdade de direitos. Mas também possibilita falarmos sobre prazer e afeto, desconstruindo tabus e explorando o respeito e as diferenças” (Brasil, 2024, p. 8).

Muitas vezes a sexualidade acaba sendo silenciada, principalmente se for discutida com crianças, pois, para muitos, esse deve ser um assunto restrito, direcionado para pessoas adultas, justamente por ser um tema “polêmico”. Esse silenciamento muitas vezes está associado ao tabu com a sexualidade, sendo “cultural, e isso quer dizer que nossa sociedade evita e mesmo proíbe tocar nesse tema” (Brasil, 2024, p. 11). Em consonância, pensando no espaço escolar, muitas vezes esta área de discussão é “adiada” ou “desviada”, contribuindo para o que Guacira Lopes Louro (1999, p. 14) define como,

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas.

Ainda há um contexto escolar em que se propaga esse “corpo escolarizado”, esperando silenciar vozes, interesses e subjetividades. Com isso, muitos professores e professoras são desestimulados/as a não abordarem a sexualidade com as crianças, sendo instituídos não apenas pelos currículos escolares, mas também pelos próprios pais que negligenciam temas como esse e, ao mesmo tempo, afirmam que negar e negligenciar assuntos “polêmicos” é por amor e cuidado. Em contrapartida, Bell Hooks (2020) estabelece muito bem essa relação quando diz sobre a necessidade de desmascarar o mito de que na negligência possa existir amor, mas, pelo contrário, negligenciar torna-se o oposto de cuidado e amor.

Percebe-se que, diante do contexto educacional, a educação sexual que temos não corresponde com a que deveríamos ter (Maísa Tuckmantel, 2009). Logo, o tema é estigmatizado, não sendo compreendido e não sendo designado para o conhecimento, orientação, diversidade sexual, prazer, afeto e proteção.

Pensando na escola, como um espaço transformador, este espaço precisa e deveria desempenhar o papel de libertar, de ser crítica, reflexiva e dialógica.

Segundo Marcos Ribeiro e Wagner Reis (2007, p. 378):

A Educação Sexual na escola deve se dar no âmbito pedagógico, não tendo, portanto, um caráter terapêutico. O trabalho deve ser compreendido como um espaço para que, através de dinâmicas, se possa problematizar temáticas, levantar questionamentos e ampliar a visão de mundo e de conhecimento. A escola deve discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes na nossa sociedade, relacionados à sexualidade.

Propiciar a Educação Sexual para a Educação Infantil pode contribuir para diversos eixos, sendo alguns deles: subjetividades, autonomia, conhecimento, liberdade sexual e

proteção. Ressalta-se a importância de discuti-la desde o primeiro contato da criança no espaço escolar.

A Educação Infantil desempenha um importante papel no desenvolvimento humano, sendo uma etapa fundamental para as crianças, pois este é o primeiro contato com a educação básica (Sônia Kramer, 1999). No contexto brasileiro, foi no final de 1980 que as crianças de zero a seis anos receberam, constitucionalmente, o direito à educação. Considerando que a maioria das crianças passa grande parte do tempo na escola, esse é um local que deve oferecer segurança e acolhimento. Com isso, a ausência do acesso à educação sexual pode privar as crianças de reconhecerem situações de abusos sexuais, por exemplo, pois, muitas vezes, a vítima - principalmente crianças - não sabem como reagir, identificar e diferenciar carinho e violência sexual. Para isso, precisamos reforçar o papel da educação sexual como uma das vertentes para consentir e combater as diversas formas de violências (Brasil, 2024).

É muito comum que algumas crianças brinquem ou manipulem seus genitais – isto pode ser considerado como um fator de aprendizagem da sexualidade – a escola e educadores/as podem intervir respeitosamente, com o intuito de compartilhar noções de cuidado com suas intimidades e privacidade, enfatizando o local e momento para tais manifestações (Furlani, 2017). Desse modo, a Educação Sexual, a partir do segmento da Educação Infantil, pode discorrer por meio de contação de histórias, bem como nos diálogos, rotinas diárias, cotidiano, brincadeiras e, principalmente, na própria escuta.

Pensando na sexualidade dentro deste segmento, o tema não deve ser ignorado; pelo contrário, é fundamental que os profissionais que atuam na Educação Infantil reflitam, recebam orientações, pratiquem leituras e discussões acerca da educação sexual (Brasil, 2020). Desse modo, o conceito de crianças “sexualmente saudáveis” fortalece o espaço escolar e práticas pedagógicas que propiciam às que se sentem bem com seus corpos; “que respeitam os membros da família e outras crianças; que entendem o conceito de privacidade; que tomam decisões adequadas à sua idade” (Sônia Kramer, 2005, p. 20). Para tanto, faz-se necessário reconhecer as abordagens sobre Educação Sexual, dos profissionais que atuam na Educação Infantil, para compreender suas práticas pedagógicas referentes ao tema.

3 ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

A formação inicial e continuada dos profissionais que trabalham na Educação Infantil tem papel importante no que tange à temática de Educação Sexual. Esse tema precisa ser abordado para um melhor entendimento dos(as) estudantes em formação, que irão atuar com as crianças. Ao se tratar de abordagens relacionadas à Educação Sexual, Jimena Furlani apresenta, no seu livro *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*, oito abordagens a respeito da educação sexual, sendo elas: abordagem biológico-higienista, moral-tradicionalista, terapêutica, religioso-radical, direitos humanos, direitos sexuais, emancipatória e abordagem queer. Tais abordagens estão situadas no espaço pedagógico e precisam ser pensadas e problematizadas.

Para contextualizarmos, a “Abordagem biológico-higienista” refere-se àquela que está restrita ao biológico, e que sempre esteve presente no trabalho da educação sexual na escola, através das aulas de Ciências e de Biologia (Furlani, 2017). Ou seja, esta abordagem é atrelada com o cuidado à saúde, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Muitos professores, ainda hoje, classificam a Educação Sexual apenas nessa esta abordagem.

O direito dos indivíduos ao acesso à educação sexual formal e a discussão a respeito de saúde e sexualidade não deve restringir às questões de prevenção e saúde sexual, direcionando “decisões certas” - geralmente relacionadas aos padrões sociais desejáveis. Essa educação, orientada por conhecimentos científicos acerca da temática da sexualidade, deve abranger a ludicidade, o prazer, a liberdade de viver a sexualidade (ainda que com responsabilidade) e voltadas à saúde sexual (Ana Cláudia Bortolozzi Maia et al, 2012, p.153).

A “abordagem moral-tradicional” direciona-se à responsabilidade da família, que, conseqüentemente, formula discursos homofóbicos, fomentando a discriminação, a privatização e uma educação que desencoraja. Em contrapartida, precisa de uma educação que repense e questione esses mecanismos que excluem e fortalecem o preconceito e desigualdades. Há uma premissa recorrente em situações de censura, consequência de ações homofóbicas e voltadas para o sexismo; elas ainda são incessantes.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, nº1, janeiro/junho - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

Ao analisar a “abordagem terapêutica”, considera-se uma perspectiva imediatista; de certa forma, é aquela que “busca causas explicativas para as vivências sexuais consideradas “anormais” ou para os problemas sexuais. Afirma ser capaz de obter a ‘cura’ das pessoas” (Furlani, 2017, p.18). Aponta-se também que a abordagem supracitada pode estar entrelaçada com discursos conservadores ou vinculados a bases religiosas que propagam uma cura, principalmente para o “diferente”, sendo sempre aquele(a) que não está dentro de um padrão heteronormativo.

A abordagem "religioso-radical" defende e propaga como verdade única a ser seguida aquilo que está escrito na bíblia. Esta abordagem se apoia na ideia de definir quem é o “diferente” e o “normal”, no sentido de delimitar uma sexualidade específica como a “certa”.

Essa forma de interpretação serviu, e tem servido ainda hoje, não apenas para legitimar e acentuar a homofobia, mas também, ao longo da história humana, para justificar a segregação racial e a opressão sexista contra as mulheres presentes na própria igreja cristã. Dessa forma, os efeitos desse tipo de episteme não atingem apenas as sexualidades subordinadas, como a homossexualidade. O uso literal da Bíblia tem sido usado, hoje, nas investidas pela manutenção da família patriarcal e pela volta da “submissão” da mulher, tal como se dava nos tempos remotos das antigas escrituras (Furlani, 2017, p. 23).

Percebe-se, a partir de agora, abordagens que possuem similaridades acerca da educação sexual e os ideais que são propagados nos espaços escolares e sociedade.

Abordagens essas com um caráter emancipatório, com o intuito de questionar aquilo que é posto como norma. Trago agora a abordagem nomeada “Direitos Humanos”, que repensa os espaços escolares como um ambiente que reproduz a exclusão. João Nemi Neto (2015, p. 31) define que “A escola é baseada em nomes, nomenclaturas, identidades”. Isso, consequentemente, favorece um ambiente escolar que exclui e delimita as subjetividades de muitas crianças e alunos, assim, fortalecendo as desigualdades que estão presentes em diversos aspectos, cenários e marcadores sociais. A educação sexual baseada na abordagem dos direitos humanos é aquela “que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades “excluídas” (Furlani, 2017, p. 30).

Outra abordagem considerada pela autora é a dos "Direitos Sexuais", apresentando como primeiro ponto a constituição da Declaração dos Direitos Sexuais (1997). Tal constituição foi construída como forma de fortalecer os direitos sexuais e garantir a igualdade para todos os seres humanos. O documento é constituinte de 11 artigos e, a partir deles, vêm surgindo novas percepções, discussões e utilização para uma educação sexual fundamentada na Declaração, respeitando e garantindo o direito de todos e todas.

Jimena Furlani (2017, p. 38-39) estabelece muito bem a relação entre educação sexual e os direitos sexuais, quando define que,

Quando falo em educação sexual entendo que os direitos sexuais não passam apenas pelas práticas sexuais ou pela identidade sexual (orientação hétero, homo ou bissexual), mas também pela incorporação do conceito de gênero e, neste sentido, pela equidade nas relações sociais entre homens e mulheres.

Desta forma, a infância e a juventude precisam ser contempladas com o direito à educação sexual.

Seguindo estas concepções, apresento agora a “abordagem emancipatória”. Compreende-se que essa emancipação está atrelada com a consciência e àquilo que favorece para o livre-arbítrio e possibilidade da escolha individual (Furlani, 2017). Nesta mesma linha de pensamento, os processos de educação sexual intencional emancipatórios “visam promover uma educação democrática, pautada nos Direitos Sexuais enquanto Direitos Humanos fundamentais e universais” (Yalin Brizola Yared; Sonia Maria Martins de Melo; Rui Marques Vieira 2020, p. 5).

Outra abordagem discutida é a "abordagem Queer", e, para sistematizá-la, é importante analisarmos a concepção da teoria Queer. Seu surgimento se deu por meio das críticas aos modelos fixos e “estáveis” relativos às identidades sexuais, ou seja, tudo aquilo que não faz parte de uma estrutura heteronormativa.

Entendo que o foco da teoria queer na educação é o constante questionamento e a crítica ao pensamento normativo que permeia os currículos escolares, em geral, e às representações da sexualidade, do gênero e de raça-etnia, em particular. Neste Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, nº1, janeiro/junho - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

sentido, posso dizer que a teoria queer pode ter uma lógica – a de problematizar as redes de poder e os interesses que definem as representações negativas, inferiores e propositadamente excluídas dos currículos acerca do gênero, das sexualidades, das raças e etnias (Furlani, 2017, p. 57).

Portanto, o termo Queer vem problematizando termos pejorativos, homofóbicos e preconceituosos direcionados àqueles/as que não possuem uma identidade fixa, lutando, ao mesmo tempo, contra a invisibilização dessas pessoas. Diante disso, evidencia-se a necessidade de questionar modelos dominantes que perpetuam as escolas, de modo que, não apenas alguns grupos sejam favorecidos e visíveis na sociedade, mas também outros corpos, que ainda são oprimidos por diferentes esferas da sociedade (João Nemi Neto, 2015). Pensar nas abordagens supracitadas é considerar pertinente a inquietação dos professores/as diante da temática, como forma de fortalecê-la e torná-la uma realidade. Sobretudo, trata-se de pensar a escola como um espaço que afirma vidas.

4 ONDE ENCONTRAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NA BNCC E NAS DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA/SC?

O documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) busca orientar e fomentar o sistema educacional e as propostas curriculares. assim, “A educação, compreendida como direito humano, individual e coletivo, habilita para o exercício de outros direitos, e capacitar ao pleno exercício da cidadania” (BRASIL, 2018). Desse modo, fez-se uma busca na BNCC com o comando EDUCAÇÃO SEXUAL. O termo não é encontrado no documento, o que promove o distanciamento entre a BNCC e a educação sexual, principalmente na Educação Infantil. Realizando uma pesquisa mais “profunda”, voltada para o termo “sexualidade”, encontra-se sua menção apenas três vezes na seção de Ciências da Natureza, especificamente no componente Ciências no 8º ANO. O documento atrela sexualidade restritamente ao cuidado com a saúde, “[...] desvelando que apresenta a sexualidade pelo prisma de saúde pública, estando atrelado a um controle de condutas e comportamentos sexuais “(Adriana Marques de Castro Leão; Andreza Marques de Castro Leão; Paulo Rennes Marçal Ribeiro, 2024, p. 13).

Ao analisar as propostas curriculares a partir da BNCC, é prudente que o documento passe por uma atualização, de maneira que inclua a Educação Sexual nos contextos escolares, contemplando as concepções da temática e, em especial, impedindo a falta de informação. Desmascarando qualquer tipo de tabu, fortalecendo e viabilizando o conhecimento do corpo, compreendendo as sexualidades e respeitando a do outro (Thiago Luiz Sartori, 2022). Nesse sentido, como maneira de fomentar essas discussões, é pertinente a disposição de órgãos governamentais que fortaleçam discussões e ações acerca da temática.

A Base Nacional Comum Curricular propõe seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo um deles:

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p. 38).

A Educação Sexual não é obrigatória na legislação educacional, assim, não é discutida na BNCC de maneira direta. Porém, dentre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento abordados nos campos de experiências da Educação Infantil (O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), esses trazem algumas abordagens sobre sexualidade humana, voltada para a proteção do corpo da criança, fator que contribui para possibilidade de combater a violência sexual (Mariluci Pereira Cândido; Sara Hungaro Lazaretti; Marcos Ribeiro, 2022).

Ao analisar as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do Município de Criciúma, constata-se que o documento objetiva garantir a qualidade na educação, dentro do contexto da cidade citada, enfatizando o olhar para aquele que ensina e o que aprende. O documento faz uma breve discussão sobre sexualidade, definindo-a como aquela que:

[...] está presente em todas as fases da vida e expressa-se de várias formas: bem estar, alegrias, estímulos, desejos, fantasias, curiosidade do outro, relacionamentos, Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, nº1, janeiro/junho - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

amizades, amor, afeto, carinho, contato físico, sexo, sensibilidade, prazer, conhecimento do próprio corpo, bem como higiene e respeito por ele (Santa Catarina, 2020, p.154).

A citação acima, é do documento norteador de Santa Catarina o *Currículo Base do Território Catarinense*, que apresenta a teoria histórico-cultural como concepção, desse modo, compreende a sexualidade como componente do desenvolvimento integral do sujeito. Para tanto, no que tange ao desenvolvimento do processo formativo das crianças, é fundamental o papel do/a educador/a. Na Educação Infantil, esse profissional necessita realizar funções muito próximas com o corpo da criança, por exemplo, limpar, trocar, alimentar, proteger etc. Logo, a sexualidade precisa ser questionada, pensada e orientada para esse segmento e professores/as (Brasil, 2020).

A temática sexualidade deve ser compreendida como algo existente, que faz parte do sujeito, e, para discuti-la, devemos romper com convicções culturais, religiosas e sociais. A escola então, tem o papel de desempenhar o desenvolvimento individual, onde o/a educador/a possa mediar o tema de maneira pertinente (Sartori, 2022).

Nas Diretrizes Curriculares de Criciúma da Educação Infantil não é localizado o termo Educação Sexual, mas, discute-se minimamente - uma página - o capítulo intitulado “Sexualidade e Infância”. No início do capítulo já é enfatizada a sexualidade como uma dificuldade para professores e professoras trabalharem nas salas de referências, seguindo para uma linha de pensamento da sexualidade atrelada à afetividade e o cuidado. Assim,

Ressalta-se o papel importante do/a profissional da Educação Infantil no processo formativo das crianças, o qual necessita: tocar, limpar, cuidar, alimentar, proteger, tanger um corpo que sente, percebe, vive suas experiências, por aquilo que ele pode organizar, por meio dele. É responsável por tantas iniciativas fundamentais, na vida das crianças. Supor que sexualidade não é tema para quem cuida de crianças, em seus primeiros cinco anos de vida, é ignorar ou ser indiferente a algo fundamental. Portanto, refletir, posicionar-se, receber orientações, fazer leituras e discutir sobre a temática sexualidade é fundamental para todos/as os/as profissionais que atuam na Educação Infantil (SANTA CATARINA, 2020, p. 154).

As duas menções sobre sexualidade nas Diretrizes de Criciúma reportam ao documento proposto pelo *Currículo Base do Território Catarinense*, ou seja, sem menção à BNCC. Desse modo, percebe-se a urgência de retomar o tema de Educação Sexual com profissionais da Educação Infantil, bem como discutir profundamente as abordagens.

5 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa realizada neste artigo aconteceu por meio da abordagem qualitativa que, de acordo com Mirtes Aparecida Teis e Denise Terezinha Teis (2006, p. 1) “A abordagem qualitativa tem se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas na área da educação”. Tal abordagem compreende os valores, atitudes, opiniões e representações. Assim, implica fenômenos complexos, fatos e processos, em que possui caráter de validade científica (Gisele Cristina Resende Fernandes da Silva. 2010).

Para a investigação sobre questão da Educação Sexual na Educação Infantil, foi feita uma pesquisa teórica em livros, artigos, documentos reguladores, além de realizar entrevistas com docentes da área, que atuam no município de Criciúma/SC, para assim, compreender suas concepções, experiências, opiniões e discussões sobre o tema.

Tratando-se da natureza, identificou-se como básica, pois, conforme Mauro José Fontelles et al (2009, p. 6) “o investigador acumula conhecimentos e informações que podem, eventualmente, levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes”. Logo, buscou-se por meio dos objetivos da pesquisa, desenvolver uma produção científica que pudesse fazer a diferença para educadores/as e comunidade escolar.

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi a entrevista. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados por atender aos critérios de estar atuando há pelo menos 3 anos na Educação Infantil de Criciúma/SC e ser graduado em Pedagogia. Optou-se pela participação de 5 docentes, que foram contatados e convidados, sendo devidamente informados sobre o tema e os objetivos da pesquisa. Ressalta-se que são três professoras da rede municipal e um professor e uma professora da rede privada. Após o aceite, foi marcada a data da entrevista e nesse dia assinaram o termo de consentimento. As perguntas da entrevista foram semi-estruturadas, oferecendo espaço para possíveis perguntas que surgissem durante a

entrevista. As entrevistas aconteceram no mês de abril de 2024. Foram gravadas pelo dispositivo iOS, por meio de gravação de áudio e transcritas posteriormente. As transcrições resultaram em 7 páginas de A4, fonte Arial e tamanho 11. Para identificá-los nos escritos, utilizou-se os sobrenomes, em específico, “Brigido, Formigoni, Delfino, Cardoso e Teixeira”.

As análises dos dados foram agrupadas em três blocos: As concepções e abordagens sobre educação sexual: olhar das/os professoras/es de Educação Infantil; Práticas pedagógicas sobre educação sexual desenvolvidas pelas/os professoras/es da Educação Infantil e Propostas de Práticas Pedagógicas de Educação Sexual como direito de aprendizagem e desenvolvimento para e na Educação Infantil.

5.1. As concepções e abordagens sobre educação sexual: olhar das professoras de Educação Infantil

Pretende-se aqui analisar as concepções e abordagens das/dos respectivas/os professoras/es acerca da Educação Sexual na Educação Infantil. Ao analisar as concepções, percebe-se similaridades nos conceitos e abordagens, indicando a urgência de pesquisa e ressignificação do que de fato é a Educação Sexual. A primeira questão, intitulada: “O que você entende por educação sexual?”, já trouxe pistas sobre as abordagens das/os professoras. Para Brigido, Formigoni e Delfino, o tema gira em torno do corpo, especialmente tratando-se sobre higiene, cuidado e comportamento.

*Educação Sexual para mim é onde a pessoa vai entender/conhecer as partes do corpo, nomenclatura, como se comportar. É algo conceitual mesmo (Brigido);
Algo relacionado ao cuidado com o corpo. Sobre não poder tocar, cuidar (Delfino);
Na perspectiva da Educação Infantil, é algo relacionado ao corpo, sobre o respeito e o limite que precisa ter com ele (Formigoni);*

Percebe-se como o controle de corpos se faz presente nas respostas das/os entrevistadas/os, principalmente aos ditames como “não pode”, “como se comportar”, que por sinal, são reflexos do conservadorismo. Tais reflexões vão ao encontro da “abordagem biológico-higienista”, ou seja, a lógica acerca do determinismo biológico, e promoção à saúde. Mas é importante salientar que essa abordagem contribui,

[...] tanto para “naturalização” das desigualdades sexuais e de gênero quanto para a formulação dos enunciados que hierarquizam essas diferenças (por exemplo, premissas machistas, sexistas, misóginas e homofóbicas) (Furlani, 2017, p 12).

Sobre outra ótica, uma das entrevistadas diz que,

Acredito que Educação Sexual é também um assunto pedagógico, apesar das escolas fugirem dessa responsabilidade e jogarem para as famílias. A escola tem um papel fundamental nesse tema, sendo que muitas vezes, o abuso sexual em crianças e adolescentes, acontece ou inicia nas suas casas, por familiares muito próximos. Assim sendo, a educação sexual é um instrumento para aumentar a proteção das crianças ainda pequenas. Este tema possibilita às crianças conhecerem seu próprio corpo e perceberem quando alguém o está tocando de forma inadequada. Possibilitar à criança conhecer seu corpo, ter autocuidado é fundamental. As “pessoas” precisam compreender que educação sexual não é ensinar a fazer sexo ou somente ensinar a prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis ou prevenir gravidez. Educação Sexual é uma construção de conhecimento para preservar e possibilitar à criança entender, conhecer, compreender como funciona seu corpo, sua identidade e a sexualidade (Teixeira)

Na mesma linha de pensamento, Tuckmantel (2009, p. 188) define o conceito de educação sexual “numa perspectiva educativa, com os diversos aspectos que constituem a sexualidade humana”. Assim, a entrevistada, afirma o compromisso que a escola precisa assumir ao discutir sobre educação sexual, tal compromisso quando restrito às famílias, implica em concepções que muitas vezes possuem caráter conservador, restritivo e desinformado. Teixeira afirma que a maioria dos casos de abuso sexual, parte da família, desse modo, defende a educação sexual como forma de proteção para casos de abusos sexuais que acontecem em relações intrafamiliares. Cabe aqui, as escolas e professores, adotarem ações que articulam as vivências familiares com as propostas pedagógicas, discutindo e refletindo sobre as diferenças entre carinho e violência.

Os educadores/as definem que o tema é importante para ser discutido, porém, de maneira limitada e novamente, biologizante.

*Eu acho que é de extrema importância, para saber como lidar, como falar e como se comportar com algumas pessoas e em algumas situações também (Brigido);
Sobre a perspectiva de reconhecimento de corpo sim, de entender as partes do corpo, até a própria reprodução humana, até aí acho válido (Formigoni).
Acho importante. Assim, a criança pode aprender a cuidar do seu corpo (Delfino).*

Apesar de considerarem o tema importante, existe um limite até onde pode se explorar e que conforme as falas, precisa-se trabalhar o comportamento (adequado), ou sobre como

“lidar e falar” em determinadas situações. Fica explícito nas entrevistas as práticas das proibições e da imposição sobre os corpos. É possível perceber nas falas, nos contextos escolares e currículos que esses comportamentos normalmente estão atrelados ao binarismo (feminino x masculino), ou seja, os comportamentos que meninos e meninas precisam seguir.

A desinformação sobre educação sexual foi algo perceptível durante as entrevistas, mas o receio de discuti-la também estava presente nas reflexões: *Eu entendo que é importante, porém acho complicado trabalhar esse tema com crianças na Educação Infantil (Cardoso)*. Isto porque, discutir sobre educação sexual e tudo o que ela de fato contempla é ultrapassar tabus. Logo a escola e sobretudo professores e professoras, tentam desviar de assuntos como esses, principalmente por serem banalizados e vigiados. Assim,

Realizar trabalhos voltados à sexualidade com crianças ainda é complexo, pelo fato de que a Educação Sexual é mal interpretada, vista como indevida e vulgar. Nesse sentido, é necessário reconsiderar esses conceitos e ultrapassar os tabus existentes, principalmente na escola e, sobretudo, com o corpo docente (Dantas; Oliveira; Lopes, 2021, p. 29).

Diferentemente, Teixeira assimila o tema para além do cuidado com o corpo.

Eu acredito que assim como tudo que se trabalha na Educação Infantil é pensado para que aconteça um bom desenvolvimento da criança, a questão da educação sexual não pode ficar de fora. Para mim, o tema na Educação Infantil, acontece ou deveria acontecer de forma muito natural, sem constrangimentos. Falar desse tema, é falar sobre sentimentos, consentimentos, privacidade e proteção. O foco nessa faixa etária deve estar relacionado a conhecer as partes do seu corpo, saber nomeá-los corretamente, as formas de higiene e cuidado, a permissão de quem pode vê-lo e tocá-lo. (Teixeira).

A entrevistada compreende a educação sexual como “ferramenta” para conhecimento do corpo, mas não se limita apenas nessa perspectiva, e sim para discutir questões como sentimentos, consentimentos e privacidade. Nesse sentido, ao falar sobre educação sexual a partir destas perspectivas é possibilitar maneiras saudáveis, conscientes e igualitárias acerca da sexualidade, diversidade e relações de gênero (Brasil, 2024). Embora, a educação sexual contemporânea vem atribuindo atitudes repressivas quanto à sexualidade, impossibilitando a educação emancipatória. Segundo Jimena Furlani (2017) a "abordagem emancipatória" contempla questões como, intervenção qualitativa nos processos educativos e desafia “certezas, debates e reflexões”, contribuindo para a formação das identidades.

5.2 Práticas pedagógicas sobre educação sexual desenvolvidas pelas professoras e professores da Educação Infantil

A dificuldade de compreender os aspectos que fazem parte da educação sexual, podem refletir nas práticas pedagógicas vazias, insuficientes e padronizadas. Pode-se observar tais questões a partir das entrevistas. Estas dificuldades estão relacionadas “à forma como esses profissionais encaram a temática, pois ainda é vista como tabu” (Luciana Uchôa Barbosa; Vanderlei Folmer, 2019, p.223).

Para compreender as práticas pedagógicas sobre educação sexual dos professores e professoras, questionei se havia prática relacionada ao tema e se existia alguma influência por parte de pais e superiores que privam o desenvolvimento dessa temática.

Não trabalho, e existe sim influência por parte dos pais e isso dificulta muito, pois acaba privando assuntos como esses, por acharem ser algo ruim. Já vi um pai ir até a escola e discutir com uma professora sobre ensinar as partes do corpo para o filho. (Brigido);

Aqui trabalhamos a partir das questões do corpo, higiene, desenvolvimento, fases do corpo. E sobre a influência, já vivenciei alguns casos em que tive que deixar de lado, por conta da pressão dos pais. Quando vou trabalhar a higiene com as crianças, sei que elas são curiosas, mas não posso aprofundar muito, por conta dos pais. (Formigoni);

Trabalho quando faço algum projeto sobre o corpo, sempre sobre cuidado e higiene. Nunca presenciei nenhuma influência ou situação em que a Educação Sexual foi deixada de lado (Delfino);

Não discuto essa temática, portanto nunca vivenciei nenhuma resistência ou algo parecido (Cardoso).

Considera-se, a partir destas questões, as ausências quanto às práticas pedagógicas sobre educação sexual, ou quando minimamente discutida, acontece por meio da abordagem biológico-higienista. Percebe-se que as resistências estão constantemente interligadas no que diz respeito à educação sexual e tudo o que envolve sexualidade, por isso o limite que professores e professoras adotam nas suas práticas quando discutem o corpo. Teixeira afirma discutir a temática por meio de outras perspectivas.

Sim. Se nós educadores na Educação Infantil temos a compreensão da importância que o corpo tem nessa fase de aprendizagem, que o corpo fala por meio de gestos e não somente de palavras, torna-se impossível ignorar ou retirar partes do corpo que trazem à tona o tema ligado à sexualidade. Como trabalhar isso é a questão. Eu

trabalho por meio de contação de histórias, ensinando as partes do corpo com a nomenclatura adequada e correta, o que vai naturalizando na escuta das crianças (pênis, vagina...) gosto também de observar e fazer a leitura dos desenhos e das pinturas realizadas pelas crianças. Os desenhos e pinturas são bons indicadores quando algo não está bem. Por meio dos desenhos a criança pode estar de forma involuntária pedindo ajuda e revelando de forma natural seu ambiente familiar. (Teixeira).

Assim como Teixeira, cabe a todos nós, professores e professoras contribuirmos para uma educação sexual que proponha informações “reais” e não fantasiosas, como por exemplo as nomenclaturas corretas do próprio corpo da criança. Palavras como “florzinha, portinha do xixi e piu-piu” só afastam o conhecimento da identidade de uma criança e afirmam que o corpo é algo proibido a ser discutido. Esses fatores são reflexos de uma parte da sociedade que priva e repressõe a sexualidade, pois associam essa questão ao sexo e que o mesmo é considerado pecado e proibido, logo, dar nome ao que de fato faz parte do corpo, torna-se “polêmico”. Nessa mesma linha de pensamento, Teixeira afirma que,

A sociedade em si, é um grande entrave na falta de discussão relacionado a essa temática. Vivemos em uma sociedade que priva tanto em família, quanto na escola falar sobre o assunto. Acreditam que falar sobre educação sexual, estão antecipando vivências, experiências... focam apenas no ato sexual em si, e desconhecem o verdadeiro sentido de aprender e ensinar sobre sexualidade. Assim sem falar sobre o assunto criamos crianças, jovens inseguros, desprovidos de conhecimento, descuidados com o seu corpo e sem conhecê-lo. O resultado é o que vemos hoje em noticiários e narrativas, de crianças sendo abusadas ainda bebês, crescendo e se tornando adultos problemáticos. (Teixeira)

Fica evidente que a desinformação e privação para e com a crianças afetem significativamente em suas identidades e para possíveis inseguranças. Para isso, a temática na escola precisa ter intencionalidade, planejamento e organização, proporcionando para a criança uma formação atrelada ao conhecimento, reflexão e questionamento.

5.3 Propostas de Práticas Pedagógicas de Educação Sexual como direito de aprendizagem e desenvolvimento para e na Educação Infantil.

O tabu e a desinformação relacionados ao tema sexualidade esteve presente nas falas, durante as entrevistas, sobretudo dificultando possíveis propostas e práticas pedagógicas. Sabe-se que discutir esta temática é garantir o direito de nossas crianças e adolescentes, Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 8, nº1, janeiro/junho - 2024.– Curso de Pedagogia– UNESC

direitos aqueles que são pautados na Declaração de Direitos Sexuais (1997), e “Falar em direitos sexuais no âmbito da infância e da adolescência é discutir, como primeiro ponto, o “direito à educação sexual” (Furlani, 2017, p. 39). Porém, a confusão expressada pelos profissionais entrevistados impossibilita a garantia desse direito, principalmente por não saberem definir o termo sexualidade ou afirmarem que a criança não possui uma.

Pensando assim rapidamente, não consigo achar uma resposta para isso, mas acho que a criança em si, não sei se dá para rotular; para dizer que ela possui uma sexualidade. Eu acho que a sexualidade é como se fosse uma identidade, como você se vê, então acho que criança ainda não tem essa visão, acho que ela ainda não se importa com isso. (Brigido);

Acredito que algumas crianças sim, já teve casos de crianças que se tocavam, que e aí nós professores precisamos intervir, dizer que não pode, que é proibido. (Formigoni);

Eu acredito que a criança nasce menina ou menino, mas às vezes a gente percebe alguns casos diferentes e aí temos que saber como lidar com isso. (Delfino);

Acredito que sim, porém a sexualidade de uma criança é bem diferente da sexualidade de um adulto. (Cardoso)

Conforme as respostas, fica evidente a confusão sobre sexualidade e o conceito do termo, como algo proibido, negado e silenciado, onde as crianças não possuem e não podem ter uma sexualidade, conforme explícito nas falas acima. Nessa perspectiva, cabe a nós profissionais da educação ressignificar os nossos olhares para essas questões, tendo em vista que a sexualidade engloba a maneira como os indivíduos agem com os seus prazeres e seus desejos, possuindo um caráter cultural, não biológico (Louro, 1998). Teixeira, contribui com uma perspectiva diferente, enfatizando que a sexualidade está presente na infância.

A sexualidade não acontece somente quando a criança cresce e se torna jovem ou adulto. Para mim, desde que nasce a criança já dá indícios de sexualidade. Ao ser amamentada, o prazer que ela sente ao sugar, os toques repetitivos no corpo da mãe (orelhas, cabelo...) ou no próprio seio que ela toca durante a amamentação é sexualidade. Hoje vivemos em uma sociedade que não quer trabalhar; falar com as crianças sobre o tema, porém está o tempo todo estimulando uma erotização precoce nas crianças como: roupas inadequadas à idade, uso de maquiagens, saltos, programas, filmes, novelas com censuras inadequadas. (Teixeira)

Portanto, não existe o “orientar” a sexualidade, mas sim, valorizar as construções histórico-culturais, vinculados pelas vivências das crianças. A sexualidade não pode se

dissociar dos sujeitos, sobretudo, das crianças, pois ela está presente em qualquer momento das nossas vidas (Furlani, 2017).

Assim como Teixeira afirma em sua fala, a sociedade ao mesmo tempo que priva e exclui falar sobre sexualidades e temas associados a ela, também estimula a erotização infantil.

Outro fator enfatizado por meio das falas, é a queixa sobre a falta de preparação para trabalhar com a temática na escola, além do medo das reações dos pais sobre possíveis práticas que englobam educação sexual, conforme descrito pelas três professoras.

É um caminho perigoso trabalhar essa temática, até porque os pais às vezes confundem os conceitos. Nunca tive disciplina na graduação sobre isso. (Formigoni);

Sinto uma certa dificuldade. Não me recordo de ter discussões sobre a temática. (Cardoso);

Olha, nunca tive nenhuma aula sobre o tema, se tive foi tão superficial que não me recordo. Na minha trajetória como professora, precisei construir e me preparar para muitos assuntos, inclusive esse. Busquei leituras, palestras como recursos. São tantos desafios que se tornaram mais desafiadores ainda, quando o tema no qual a sociedade em geral não consegue dialogar, ou tem medo de discutir. Com o passar dos anos e com os conhecimentos construídos, trato com naturalidade e procuro estar sempre atenta aos indícios que as crianças dão o tempo todo com relação às suas necessidades. (Teixeira)

Portanto, com as considerações acima, fica explícito a necessidade de reconhecer a importância da educação sexual fortalecendo a educação infantil. Mas para isso, precisamos de documentos norteadores que não sejam superficiais, que discutam fortemente temas como esse, precisamos de apoio dos pais e familiares e principalmente formações iniciais e permanentes sobre educação sexual.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar o contexto educacional no município de Criciúma/SC percebe-se que nos campos pesquisados existem algumas lacunas relacionadas com práticas educacionais voltadas à educação sexual na Educação Infantil. Além disso, documentos norteadores da educação podem reforçar e fortalecer questões voltadas para a temática, não atrelando apenas para o meio de um caráter biologizante.

Estamos vivenciando, hegemonicamente, uma onda forte de conservadorismo que fomenta discursos vazios, confusos e desinformados, propondo políticas públicas educacionais, que fragilizam o papel da educação sexual, principalmente na educação infantil. Para isso, se faz necessário ultrapassar algumas dessas barreiras que são colocadas na educação, acreditando no espaço escolar como possibilidade, afirmação e acolhimento.

O processo de entrevistar os/as profissionais do segmento da Educação Infantil, foi uma etapa difícil e marcada por resistência. Muitas escolas e professores/as não autorizaram a pesquisa, por considerarem um tema “polêmico” e assim não queriam seus nomes vinculados. Esse fator, reforça como a educação sexual, sobretudo a sexualidade, é negada e silenciada na educação. Entretanto, esse não pode ser um fator generalizante, colocando a escola e todos/as os/as profissionais como silenciadores da educação sexual.

De acordo com as falas dos/as docentes do município de Criciúma/SC, assevera-se a emergência de ressignificar discursos e concepções, impulsionando um novo horizonte sobre a temática. Vale ressaltar, que essa concepção também está atrelada com a desinformação (fator explícito pelas falas), por isso a necessidade de questionarmos esses conceitos, enfatizando formações que discutam a temática de maneira permanente.

Portanto, a partir das análises, tanto com os/as professores/as e documentos norteadores, deve-se reforçar a importância da educação sexual e o significado atribuído por ela. O tema não está direcionado a antecipar a vida sexual de uma criança, mas sim, problematizar, refletir e conceituar a educação sexual como emancipatória e principalmente construir uma educação que não seja violenta que problematiza e fratura ditames conservadores e vazios, valorizando e formulando uma educação para a paz.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, revelando abordagens sobre educação sexual ainda na linha de uma concepção tradicional de ensino. Para que a análise fosse aprofundada e se respondesse o problema, a participação genuína das professoras e professor foi essencial, a elas e ele, um agradecimento especial.

REFERÊNCIAS:

ANACLETO, Aline Ariana Alcântara; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Gênero na infância: análise do filme "La vie in rose" como instrumento pedagógico em educação sexual.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 4, n. 3, p. 309-319, 2009.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 19, p. 221-243, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a base. Brasília. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de Brasília - Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

CÂNDIDO, Mariluci C. Pereira; LAZARETTI, Sara Hungaro; RIBEIRO, Marcos. As possibilidades de trabalhar a temática violência sexual na Educação Infantil, a partir da BNCC. **Revista Campo da História**, v. 7, n. 1, p. 192-198, 2022.

CRICIÚMA. **Diretrizes Curriculares do Ensino Infantil da Rede Municipal de Criciúma.** Criciúma: SME, 2020.

DA SILVA, Gisele Cristina Resende Fernandes. **O método científico na Psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa.** 2010.

DE CASTRO LEÃO, Adriana Marques; DE CASTRO LEÃO, Andreza Marques; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: Entre embates e possibilidades. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, p. e024002-e024002, 2024.

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista**, p. 77-87, 2007.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Autêntica, 2017.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020. HOOKS, bell

KRAMER, Sonia. O papel social da educação infantil. **Revista textos do Brasil**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 1999.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, v. 17, p. 151-156, 2012.

NETO, Joao Nemi. Questões de identidade (s) de gênero (s) e orientação sexual: uma abordagem através da Pedagogia Queer. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 27-34, 2015.

RIBEIRO, Marcos; REIS, Wagner. Educação sexual: o trabalho com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 18, n. 2, 2007.

SARTORI, Thiago Luiz. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, p. e022001-e022001, 2022.

TEIS, Mirtes Aparecida; TEIS, Denise Terezinha. A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-8, 2006.

TUCKMANTEL, Maísa M. **A educação sexual: mas qual? Diretrizes para formação de professores em uma perspectiva emancipatória**. Campinas: Unicamp, 2009.

YARED, Yalin Brizola; MELO, Sonia Maria Martins de; VIEIRA, Rui Marques. A Importância do Pensamento Crítico em Inovações Curriculares: interface com a educação sexual emancipatória. **Educação UFSM**, v. 45, 2020.